

## RELATO DE OBSERVAÇÃO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA E INCLUSÃO: DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL EM UM CENTRO EDUCACIONAL NA CIDADE DE CURITIBA, PARANÁ

Rosa Kioko Iida da Silva<sup>1</sup>

Regina Maria Machado<sup>2</sup>

Diego da Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo o relato de experiência de estágio em Psicologia e Inclusão realizado em um Centro Educacional localizado na cidade de Curitiba, Paraná. Para tanto foram realizadas visitas no referido espaço com o objetivo de observar a rotina do local e assim realizar um diagnóstico institucional. Vários países como Canadá, Itália e Estados Unidos implantaram escolas denominadas inclusivistas cuja política é a inclusão de alunos com deficiência no ensino chamados comuns, independentemente de suas diferenças particulares, sendo destaque na Conferência Mundial de Educação para todos, resultando na Declaração de Salamanca em 1994, realizada na Espanha em Salamanca. Na maioria das vezes, se ignora o manejo desta realidade que traz insegurança e incerteza da melhor maneira de lidar com este fato desconhecido pela maioria dos profissionais e pessoas comuns. Desta forma, a inclusão de um psicólogo escolar na comunidade escolar, auxiliaria a um melhor encaminhamento dos assuntos escolares, facilitando o entendimento dos problemas e possíveis soluções.

**Palavras-chave:** Inclusão. Psicologia. Educação.

### I. INTRODUÇÃO

Este texto foi elaborado tendo como base as observações feitas em uma atividade de observação no aspecto inclusão, realizada em uma das unidades de uma Sociedade Educacional (particular), localizada no Bairro Boqueirão na cidade de Curitiba. A unidade atende Ensino Fundamental de anos iniciais, Ensino Fundamental finais, Ensino Médio e Pré- vestibular. Num total de aproximadamente 500 alunos. O objetivo do estágio foi observar a inclusão social nos aspectos sociais, estruturais, emocionais em relação ao Corpo Administrativo, Corpo Docente e Discente, numa Escola cuja meta é atender alunos de famílias pertencentes à classe

<sup>1</sup>Discente do curso de Psicologia da UniEnsino.

<sup>2</sup>Coordenadora e docente do curso de Psicologia da UniEnsino.

<sup>3</sup>Docente do curso de Psicologia da UniEnsino.

média, que almejam que seus filhos se insiram ao mercado de trabalho e sejam cidadãos formados numa Universidade e que sejam profissionais de sucesso. Tendo em vista, que em fins de semanas, são aplicados simulados para os alunos de Ensino Médio e Pré-vestibulares, no formato das provas de Enem e vestibulares.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Foram observadas e analisadas as estruturas da Instituição tanto predial como as curriculares além da forma que os alunos são tratados desde a entrada e saída dos mesmos, assim como no decorrer das aulas.

As entradas são monitoradas pelos inspetores que observam alunos que não estão uniformizados e caso haja atraso além de 10 minutos são detidos e registradas na portaria para à espera da próxima aula. Esses atrasos são registrados nas fichas dos alunos e notificados aos pais.

Todas as ocorrências disciplinares são atendidos no setor pedagógico pelas Coordenadoras responsáveis que são subdivididas em:

- a) Ensino Fundamental de anos iniciais e finais de 1ª à 8ª.
- b) Ensino Fundamental, Médio e Pré-Vestibular de 9ª ao Pré- Vestibular.

O local de estágio determinado pela coordenação foi na sala da Coordenadora b.

Desta forma, toda atividade de observação, se limitou a este setor, o fluxo de alunos com problemas disciplinares não foram muitos, assim como o contato com pais, alunos nos corredores e em salas de aula.

As atividades de observações, desse primeiro contato se limitaram a uma rápida visita aos alunos, professores, inspetores, recepcionistas e outras coordenações . De uma maneira global tudo dentro da normalidade num clima harmonioso.

O que chamou a atenção, foi que neste turno não se notou nenhuma presença de cadeirante, apenas uma aluna usando muletas e nenhum aluno com necessidades especiais tanto no Corpo docente como no Corpo discente.

Em relação ao ambiente físico, notou-se existência de dois andares. O andar térreo destinado aos alunos, recepção, salas de aulas, banheiros : feminino, masculino e cadeirantes, além de uma cantina e um laboratório de informática.

No andar Superior – destinado aos setores administrativos: coordenação A e B, salas dos professores, sala da Diretora e um banheiro Unissex.

Em relação as salas de aula se percebe grande quantidade de alunos num mesmo ambientes em determinadas turmas . Não havendo grandes possibilidades de locomoção pois as salas não são espaçosas. E em outras nem tanto porém não menos de 25 alunos.

Em salas visitadas, foi observado que são emparelhados com aparelhos de projeção, quadro-verdes e microfones para os professores. Os alunos no geral fazem uso de celulares no recinto escolar, porém sendo solicitados a não o fazerem no decorrer das aulas, porém nem sempre é atendido. Nestes casos, é convidado a depositar o seu aparelho em um determinado lugar, causando algumas intercorrências envolvendo as inspetoras.

Os atendimentos aos pais são feitos através de WhatsApp diretamente com a coordenação falando sobre atrasos frequentes dos alunos, notas de aproveitamentos, intercorrências disciplinares dos alunos, reclamações dos pais em relação aos seus filhos e vice-versa. Em alguns casos, é possível, também os pais ou familiares solicitar a saída antecipadas: para viajar ou trabalhar através da constatação de mensagens enviadas aos filhos.

O que chama à atenção é de que num contingente de aproximadamente quinhentos alunos, não haja nenhum aluno com necessidades especiais, aparentemente sem nenhum problema que inspire cuidados especiais.

Houve um fato interessante de não inclusão, onde um grupo de alunas veio reclamar para à coordenadora , que uma determinada pessoa , dita como trans, freqüentava o mesmo banheiro que elas e que o fato as constrangia. As mesmas pediam tomada de uma atitude por parte da direção.

Diante do fato a coordenação chama a pessoa em questão e não faz o uso de um nome social e é chamado pelo nome oficial apesar da adolescente se apresentar como figura feminina, com vestes feminina e maquiagem. A mesma é advertida verbalmente, em relação ao uso do banheiro, conforme o que foi combinado anteriormente com a Direção. Segundo o combinado foi de que se utilizasse o banheiro no privado sem contato com colegas do sexo feminino ou banheiro dos portadores de deficiência, visto que, não havia um banheiro próprio (Ele/Ela). Indagado à respeito, foi dito que, se fosse instituído um banheiro de uso específico haveria revolta da comunidade que taxaria de que a Instituição estaria oportunizando e incentivando a manifestação sexual pervertida.

Como de fato, como não bastasse esse evento na escola, houve manifestação pela comunidade representado por um pai, que muito indignado, ligou para Instituição cobrando atitudes em relação à isso, num tom bastante alterado.

Observou-se também, um fato novo em relação ao atendimento de uma mãe, cujo filho estava tendo comportamento diferente, pois que o mesmo se manifestava com dificuldade em relação aos colegas e professores, mostrando-se retraído, utilizando-se de uma roupa com capuz mesmo nos dias não muito frios. Verificando-se, seu historio escolar, o mesmo havia sido reprovado, no ano anterior, e trocou de unidade escolar de uma outra cidade da região metropolitana para a capital. Essa mudança se deu, tendo em vista, que a mãe casou-se novamente e deixou de morar na casa da mãe (avó do adolescente) e o mesmo preferiu ficar morando com a avó materna. Segundo a mãe, o pai é um tanto quanto ausente, tendo em vista que, o mesmo já havia constituído outra família. Desta forma, o adolescente tem uma mãe com uma nova família e o pai com outra família, restando a ele morar com a avó, assegurando o seu porto seguro. Entretanto, apesar de faltar às aulas de vez em quando, o mesmo tem notas dentro do esperado.

Nesta mesma data, ocorreu outro fator interessante, em que um pai bastante alterado se comunicava com a coordenadora em relação à sua filha que teria sofrido bullying, em relação ao comentário que a professora de Língua Portuguesa fez em relação à regra gramatical e que segundo ele teve conotação política. A professora teria exposto a em relação ao uso do artigo : a/o diante do substantivo que atualmente foi mudado em função da política, do tipo a/o presidente e outras formas de expressão. Pelo que ele entendeu foi que a professora fez o comentário de que essas expressões não faziam parte dos estudos gramaticais vigentes até então.

Neste momento, a aluna teria feito um comentário a respeito e que os colegas teriam rido. E a aluna se sentiu constrangidas e a família tomou as dores da filha. Aproveitando essa deixa e filha se sentiu no direito de faltar à aula. O pai inconformado, não aceitava as argumentações da Coordenadora, que explicou e re-explicou o fato de que se tratava de regras gramaticais e que as explicações nada tinha a ver com implicações políticas e muito menos com o comentário da filha dele. Enfim, a polêmica tinha sido estabelecido, registrando-se o nível de estresse que as pessoas vivem e fazem de coisas simples um cavalo de batalha.

O que também foi comentado de que muitas decisões vem impostas pela Direção Central da Associação, muitas vezes arbitrárias, com o agravante, de que a Direção da Unidade tende a cumprir sem questionamento, criando um certo desconforto em relação aos coordenadores, que muitas vezes não são nem ouvidas e por vezes contestadas. O que demonstra o engessamento das instituições.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vários países como Canadá, Itália e Estados Unidos implantaram escolas denominadas inclusivistas cuja política é a inclusão de alunos com deficiência no ensino chamados comuns, independentemente de suas diferenças particulares, sendo destaque na Conferência Mundial de Educação para todos, resultando na Declaração de Salamanca em 1994, realizada na Espanha em Salamanca.

Esta Declaração, salienta que “todas as crianças de ambos os sexos têm direito fundamental à educação, o que deve dar-lhes a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos” (ESPANHA, 1994, p. 7), levando em consideração de que cada criança tem suas características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagens próprias e que devem ter acesso às escolas regulares com uma pedagogia centrada na criança” (ESPANHA, 1994, p.15),

Na Declaração de Salamanca se procura a garantia da universalização do acesso à educação para todos através de integração escolar.

Segundo Bueno (1999) todos os governos precisariam atentar para o aprimoramento de seus sistemas educacionais, com uma política financeira voltada para a educação inclusiva de forma eficaz a suprir as necessidades dos estabelecimentos para efetivação do programa de desenvolvimento do país, cumprindo o seu compromisso político.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004) entende a acessibilidade, por meio da norma NRB 9050, que se refere à segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos. A mesma norma define o termo acessível como espaço, edificação, mobiliário e sistema de comunicações, expressas em normas e técnicas (ABNT 1977,a,b,c,1999:2004)

Segundo a esta mesma Associação (ABNT) a abertura de vagas nos Estabelecimentos escolares às pessoas com deficiências, evita a exclusão dos menos

favorecidos socialmente, além da quebrar as barreiras pedagógicas ou relações interpessoais por parte dos docentes e comunidade. (MANZINI, 2005)

Para inclusão escolar bem-sucedida há necessidade de uma implementação estratégica com a construção de uma escola democrática que não dependa apenas dos professores e administradores dedicados, com vontade política de mudanças na sua Escola ou em sala de aula para atender às necessidades educacionais especiais de seus alunos, precisando modernizar e reestruturar a maneira de ministrar o ensino, compartilhando o saber, discutindo e trocando experiências com o intuito de evitar a evasão escolar. (MANTOAN, 2006)

Na atualidade ainda se observa que a escola ainda se mostra formal nas propostas curriculares e metodológicas cujas atividades não ultrapassam aos recursos didáticos pré-estabelecidos sem criatividade para o aprender com prazer, de forma lúdica , despertando o imaginário de forma espontânea e de experiências que sejam próximas da realidade dos aprendizes (SILVA, 2020)

Segundo Silva (2020), é importante a atuação do método lúdico na inclusão de pessoas com deficiências intelectuais, pois que através de atividades lúdicas pode-se favorecer o desenvolvimento cognitivo, físico, psicológico e social. Tendo em vista que, através de brincadeiras é possível ajudar não só na adaptação, do mesmo, mas a melhorar o processo ensino-aprendizagem. Esta técnica se utilizada em salas regulares, ajuda a melhorar a assimilação do que se pretende ensinar, além de motivar o aluno a participar desta aprendizagem sendo o protagonista da construção do seu saber.

Segundo Frias e Menezes (2009) mundialmente se fala na inclusão de alunos com necessidades especiais em rede regular de ensino, porém o importante não é o acolhimento por si, mas ter condições de se efetivar a aprendizagem e seu desenvolvimento potencial, assegurando suas matrículas e sua permanência no estabelecimento, fornecendo um ensino de qualidade, respeitando suas individualidades .

Por outro lado, temos de admitir que existem o despreparo dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva. É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem se perder de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

Segundo Joca (2008) sobre a inclusão não se deve esquecer que tem nesta comunidade a inclusão por diversidade sexual, onde a escola se mostra frágil no reconhecimento e na defesa da identidade de gênero e diversidade sexual como forma de compreender seus limites e oportunizar a sua inserção.

No combate às discriminações contra a diversidade sexual, pode se usar como ferramenta para efetivação do acolhimento humanizado e integralizado um nome social nos serviços de saúde (SUS) o que visa a garantia de seus direitos da assistência aos travestis e transexuais pelos profissionais de saúde. (SILVA , 2017)

Nesta mesma comunidade escolar, também há problemas relacionados com filhos de pais separados que sofrem com situações de separação, que interferem nas condições fisiológicas, emocionais e financeiras, o que dificulta a sua adaptação à nova vida e na aprendizagem (COSTA, 2009).

Segundo Patias e Abaid (2014) em uma escola, a existência de um psicólogo seria muito bem-vindo pois esse profissional poderia atuar na identificação de problemas, queixas ou situações e auxiliar tanto o Corpo discente, docente e familiares, a solucionarem os problemas em conjunto em prol da comunidade escolar.

## CONCLUSÃO

Quando se trata de inclusão é necessário que se fique bastante atento, que nem sempre as manifestações, estão tão explícitas a ponto de se identificar facilmente porque não se trata apenas de se cumprir as leis, decretos ou declarações.

Os preconceitos estão presentes no dia, dia das pessoas e sociedade em geral que passa de geração para geração e não é fácil desconstruir a maneira de pensar e lidar com o problema da forma que se apresenta.

Na maioria das vezes, se ignora o manejo desta realidade que traz insegurança e incerteza da melhor maneira de lidar com este fato desconhecido pela maioria dos profissionais e pessoas comuns. Desta forma, a inclusão de um psicólogo escolar na comunidade escolar, auxiliaria a um melhor encaminhamento dos assuntos escolares, facilitando o entendimento dos problemas e possíveis soluções.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – 1977 a, b,c,1999, 2004)

BUENO, J. G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalista ou especialista.** Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.

-----; MENDES, G. L.; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência escolarização: novas perspectivas de análise.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2008. 477 p.

COSTA, R. A. Nunes; et al. – **Adaptação psicossocial e saúde física em crianças de pais separados.** Jornal de Pediatria Copyright © 2009 by Sociedade Brasileira de Pediatria, 2009

ESPAÑA, MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIA ESPAÑA – Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Conferencia Mundial sobre Necesidades Educativas Especiales: Acceso y calidad. España: Salamanca, 1994. 49 p

FRIAS, E.M. A., MENEZES, M. C. B., **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais;** contribuições ao professor do Ensino Regular, Dia a Dia Educação. Disponível em: < <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8>. 2009. pdf> Acesso em, v. 26, 2023.

JOCA, A. M. – **Diversidade sexual na Escola** – Um problema posto à mesa – UFC, Fortaleza, 2008.

MANZINI, E., J.- **Revista da Sobama**, , Vol. 10, n.1, Suplemento, pp. 31-36, Dezembro 2005.

MANTOAN, M.T.E., **Inclusão Escolar**, São Paulo. Moderna, 2003.

MENDONÇA, A.A.S. . **A igualdade de Oportunidades dentro da Escola Regular: a inclusão dos alunos com deficiências** . Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Uberlândia, MG, Brasil 2018.

PATIAS, D. N.; ABAID, J. L. W. **O que pode fazer um estagiário de Psicologia na escola? Problematizando prática e formação profissional.** Santa Maria, v.39, n 1, p. 188. 2014

SILVA, L.K.M.; SILVA, A.L.M.A.; COELHO, A.A.; MARTINIANO, C.S.; **Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 27 [ 3 ]: 835-846, 2017

SILVA, V. S. D.; **O lúdico como recurso metodológico na inclusão de alunos com deficiência intelectual no Ensino Fundamental.** Revista Educação Pública, v. 20, nº 20, 2 de junho de 2020.



**ZEPPONE, R. M. O.. Conferência mundial de educação para todos e a declaração de Salamanca: alguns apontamentos** Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 363-376, set./dez. 2023.